

ANEXO 19

FLUXO DE DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE

Das condições para desembolso do APORTE PÚBLICO

1. O APORTE PÚBLICO tem o valor de R\$ [●] [●] na data-base de [●], devendo ser reajustado pelo IPCA/IBGE nos mesmos termos do reajuste da TARIFA QUILOMÉTRICA, conforme o disposto no ANEXO 04.
 - 1.1. Ao final de cada ano, o PODER CONCEDENTE deverá depositar na CONTA RESERVA eventual diferença decorrente do reajuste pelo IPCA/IBGE que supere os rendimentos financeiros do valor depositado.
 - 1.2. Após o pagamento do último EVENTO DE DESEMBOLSO e dos demais valores devidos nos termos do item 5.1 deste ANEXO, eventual saldo financeiro na CONTA RESERVA será repassado ao PODER CONCEDENTE.
2. O APORTE PÚBLICO será pago à CONCESSIONÁRIA mediante a comprovação de conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO previstos neste ANEXO.
3. Os EVENTOS DE DESEMBOLSO correspondem a determinados marcos de desenvolvimento das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO previstos na Tabela 1 abaixo, sendo que os EVENTOS DE DESEMBOLSO previstos na Tabela 1 deverão estar claramente indicados no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO elaborados pela CONCESSIONÁRIA.
4. A CONCESSIONÁRIA, após a conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO deverá enviar à ARTESP e ao AUDITOR INDEPENDENTE a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.
5. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, o AUDITOR INDEPENDENTE emitirá e remeterá à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE, ao DER/SP e à ARTESP, no prazo de até 30 (trinta) dias, a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, contendo o relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) evento(s) efetivamente realizado(s) para fins de repasse das correspondentes parcelas do APORTE PÚBLICO.
 - 5.1. A NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO deverá incluir o montante relativo (i) ao EVENTO DE DESEMBOLSO devidamente atestado, (ii) o montante devido a título de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente do MECANISMO DE COMPARTILHAMENTO DO RISCO DE PREÇO DE INSUMO, calculado nos termos da Cláusula 23.6 do CONTRATO e seguintes, caso aplicável (iii) o VALOR DE AJUSTE DO APORTE, caso aplicável; e (iv) o montante de desequilíbrio devido nos termos do item 8.2 do ANEXO 18.
 - 5.1.1. O montante indicado no item (iv) acima será determinado pelo AUDITOR INDEPENDENTE no momento da emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO e deverá considerar a regra prevista no item 8.4 e 8.4.1 do ANEXO 18.
6. Em caso de não conclusão satisfatória dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá indicar a não conformidade em seu relatório de fiscalização.
7. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as não conformidades apontadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO ao AUDITOR INDEPENDENTE, iniciando novamente o procedimento para desembolso do APORTE PÚBLICO vinculado àquele EVENTO DE DESEMBOLSO.

8. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, e no mesmo prazo previsto no item 5, a ARTESP poderá decidir a respeito da efetiva conclusão do EVENTO DE DESEMBOLSO, independentemente das conclusões alcançadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE.
 - 8.1. A decisão da ARTESP, prevista no item 8, prevalece, para todos os efeitos, sobre as conclusões do AUDITOR INDEPENDENTE, apresentadas na forma do item 5, podendo eventuais divergências ser dirimidas pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
9. Recebida, pelo DER/SP, a decisão da ARTESP a que alude o item 8, ou, à falta desta, e desde que superado o prazo de 30 (trinta) dias do encaminhamento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, se recebida a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO, na forma do item 5, o DER/SP deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias úteis, NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO ao BANCO DEPOSITÁRIO.
10. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que o DER/SP emita a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO, caracterizar-se-á inadimplemento da obrigação do PODER CONCEDENTE de realizar o pagamento do APORTE PÚBLICO, sendo facultado à CONCESSIONÁRIA remeter cópia da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO ao BANCO DEPOSITÁRIO.
 - 10.1. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar o pagamento do valor constante da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, encaminhada pela CONCESSIONÁRIA na forma do item 10, não sendo necessária consulta ou anuência da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE.
11. Sem prejuízo do quanto previsto no item 8, a ARTESP deverá, a qualquer momento e desde que dentro do PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, exercer fiscalização referente às obras relacionadas a EVENTOS DE DESEMBOLSO que tenham sido atestados ou reprovados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação de eventuais irregularidades constatadas.
 - 11.1. Caso a ARTESP conclua que determinado EVENTO DE DESEMBOLSO não foi cumprido na data atestada pelo AUDITOR INDEPENDENTE, e que disto tenha decorrido uma antecipação do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de parcela do APORTE PÚBLICO, em relação ao momento contratualmente devido, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA deverá ser apurado pela ARTESP, na forma do item 11.3 (VALOR DE AJUSTE DO APORTE).
 - 11.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado dos montantes aplicáveis à NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO subsequente à fiscalização pela ARTESP, observado o procedimento descrito nos itens 5 a 10.
 - 11.3. O VALOR DE AJUSTE DE APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre a diferença da parcela do EVENTO DE DESEMBOLSO que tenha sido descumprida, após avaliação da ARTESP, considerando o período entre a data de pagamento antecipado da parcela do APORTE PÚBLICO, e a data em que esta deveria ter sido paga.
 - 11.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARTESP dentro do prazo afixado pela agência para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO 11.
 - 11.4.1. Após proceder à correção das irregularidades a CONCESSIONÁRIA deverá notificar a

ARTESP, que deverá, no prazo de até 30 dias, verificar as medidas implementadas.

11.4.1.1. Caso a ARTESP entenda que persistem integral ou parcialmente as irregularidades, deverá, dentro do prazo indicado no item 11.4.1, comunicar à CONCESSIONÁRIA quais as irregularidades que considera não terem sido corrigidas, retomando o procedimento descrito no item 11.4.1.

11.5. Até que a ARTESP se manifeste definitivamente, em nenhuma hipótese o cumprimento do disposto no item 11 impactará a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 5, inclusive para a liberação de parcelas do APORTE PÚBLICO e continuidade das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

12. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO poderão ser submetidas aos mecanismos de solução amigável de controvérsias disciplinados na Cláusula Quinquagésima Quinta do CONTRATO.

13. Na hipótese de cumprimento antecipado dos EVENTOS DE DESEMBOLSO indicados neste ANEXO, os repasses das parcelas de APORTE PÚBLICO poderão ser antecipados, sem qualquer limitação.

Tabela 1 – Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos					
Ano	Mês	Parcelas do Aporte	Avanço acumulado previsto (EVENTOS DE DESEMBOLSO)	Parâmetro para cálculo da parcela do APORTE PÚBLICO	Valor da parcela do Aporte Público (<i>APORTE PÚBLICO x Parâmetro para cálculo da parcela do APORTE PÚBLICO</i>)
1	3	Parcela 1	5,46%	5,46%	R\$ [●]
	6	Parcela 2	20,40%	14,94%	R\$ [●]
	9	Parcela 3	35,05%	14,65%	R\$ [●]
	12	Parcela 4	50,80%	15,75%	R\$ [●]
2	15	Parcela 5	68,23%	17,43%	R\$ [●]
	18	Parcela 6	83,74%	15,51%	R\$ [●]
	21	Parcela 7	96,89%	13,15%	R\$ [●]
	24	Parcela 8	100,00%	3,11%	R\$ [●]

Dos eventos para desembolso do APORTE PÚBLICO

14. Os repasses das parcelas do APORTE PÚBLICO estão vinculados ao respectivo progresso físico das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO a cargo da CONCESSIONÁRIA conforme descrito nos EVENTOS DE DESEMBOLSO.

14.1. Não obstante o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os EVENTOS DE DESEMBOLSO, assim como seus valores e descritivo técnico, não serão alterados ao longo da execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, independentemente dos custos efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA para a execução de cada atividade.

15. A CONCESSIONÁRIA poderá, no decorrer da execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, alterar o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, desde que apresente para prévia aprovação da ARTESP as alterações pretendidas e a justificativa formal para tais alterações, de acordo com o procedimento estabelecido no APÊNDICE G. O novo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO não afetará os EVENTOS DE DESEMBOLSO, conforme a TABELA 1 acima.

Do procedimento para pagamento do APORTE PÚBLICO

16. O BANCO DEPOSITÁRIO, após receber a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO enviada pelo DER/SP, ou NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, conforme o caso, indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá promover a transferência da referida parcela de recursos da CONTA RESERVA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, nos termos do APÊNDICE E.